

Conselho sem Presidente adia decisão de repasse à mensalidade

A vacância na Presidência da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação causou o adiamento para a próxima terça-feira da reunião prevista para hoje, que definiria o índice de repasse para as mensalidades escolares dos aumentos salariais concedidos aos professores e auxiliares de administração. Com isso, permanece o impasse: a partir deste mês muitas escolas já estão aumentando as mensalidades, com base em cálculos próprios, enquanto os pais protestam contra a morosidade na definição do índice e alguns recorrem à Justiça.

Muitos pais têm recebido carnês, onde os donos de colégios cobram percentuais que, segundo seus julgamentos, serão os definidos pela Comissão de Encargos Educacionais. É o caso, por exemplo, do Colégio São Judas Tadeu, no Encantado, que este mês majorou as mensalidades de seus 900 alunos de Primeiro e Segun-

do Graus em 51 por cento. A direção do colégio reconhece que está se antecipando ao efetuar a cobrança, mas prevê que o índice do reajuste deve ficar em torno desse percentual. No São Judas Tadeu, como em outros colégios, pais e alunos têm realizado atos de protesto.

Alguns pais preferem ir logo à Justiça. Sete destes impetram mandado de segurança contra o aumento autorizado pela Comissão de Encargos Educacionais e tiveram decisão favorável do Juiz da 5ª Vara de Fazenda Pública. Só precisam pagar os 35 por cento de aumento estipulados em janeiro pelo Ministério da Educação. O impasse começou na primeira quinzena de abril, quando

a Comissão de Encargos Educacionais definiu uma fórmula para o cálculo da semestralidade, que repassa 50 por cento do aumento salarial dos professores e auxiliares de administração às mensalidades escolares.

A decisão foi homologada pelo Secretário estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, que dias depois, numa reunião com representantes de pais e alunos, sugeriu-

lhes que entrassem com uma ação na Justiça e determinou à Sunab uma fiscalização rigorosa nas escolas. A fiscalização, no entanto, não ocorreu, pois a Sunab alega que a indefinição do índice de reajuste impede a aplicação de multas. Impotentes, pais de alunos permanecem com

os carnês numa mão e lápis e papel na outra, em tentativas sempre frustradas de aplicar os percentuais de reajustes à fórmula da Comissão.

Os índices de reajustes salariais — ainda não homologados pelo Tribunal Regional do Trabalho — são os seguintes: no acordo com as entidades patronais, os auxiliares de administração conseguiram 119,24 por cento de aumento. Os professores de Primeiro e Segundo Graus conseguiram 108 por cento de reajuste no piso salarial, passando de CZ\$ 1,7 mil para CZ\$ 3,6 mil os da 1ª à 4ª série; de 5ª à 8ª série (para turmas de até 35 alunos), a hora aula passa a CZ\$ 51,00 e CZ\$ 54,54 (para os regentes de turmas com mais de 35 alunos). A hora aula para os professores universitários passou de CZ\$ 47,00 para CZ\$ 150,00.

A fórmula prevê a média aritmética entre os dissídios, além dos percentuais autorizados pelo MEC.

Diante do impasse, os colégios aumentam com base em cálculo próprio e os pais vão à Justiça
